

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.517 - RS (2019/0282111-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : DIEGO TORRES SILVEIRA - RS055184
LEANDRO PITREZ CASADO E OUTRO(S) - RS053911
AGRAVADO : NELSON PEDRO FUHR
ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768
REGIS ELENO FONTANA E OUTRO(S) - RS027389

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 132):

Agravo de Instrumento. Previdência Privada. Decisão que afastou a decadência da ação. Inaplicabilidade do art. 178, II do CC/02. Resta sedimentado que em que pese a migração feita pela parte agravante, em razão de processos de revisão de benefício nos casos de previdência privada, a prescrição deve ser a quinquenal, ou seja, devendo ser aplicada àquelas parcelas vencidas anteriormente aos 5 anos, da propositura da ação, limite prescricional previsto pela Súmula 291 do STJ. Cabe destacar que a alegação de decadência, prevista no artigo 178 do CCB, com prazo de quatro anos, não se aplica ao caso em comento, uma vez que não se trata de demanda que visa à anulação de negócio jurídico, mas sim a revisão de benefício de previdência complementar decorrente de plano de previdência privada, que também não está coberta pelo manto do instituto da decadência. Precedentes jurisprudenciais. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNANIME.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, alegou violação dos arts. 178 do Código Civil sob argumentação de decadência perfectibilizada no caso concreto ante o decurso do prazo de 4 anos para anulação do negócio jurídico. (e-STJ, fl. 178)

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que, para impugnar a decisão que inadmite o recurso especial, faz-se necessário apresentar argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Com efeito, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial sob fundamento de que a parte recorrente deixou de impugnar todos fundamentos do acórdão atraindo o óbice da Súmula 283 do STF, ausência de comprovação da divergência jurisprudencial nos termos do art. 1.029, § 1º do CPC, incidência da Súmula 7 do STJ ante a impossibilidade de revolvimento das premissas fáticas dos autos e por fim, a incidência da Súmula 83 do STJ, uma vez que a decisão proferida encontra-se de acordo com a orientação desta Corte Superior.

Entretanto, verifica-se que a ora agravante não impugnou os óbices referentes a não comprovação da divergência jurisprudencial bem como da Súmula 83 do STJ, não havendo impugnação suficiente e satisfatória quanto aos referidos pontos, limitando-se à impugnação dos demais pontos e reiteração das razões do recurso especial.

Assim sendo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe, uma vez que o fundamento não impugnado é suficiente para manter a inadmissão do agravo em recurso especial.

No exato sentido, colaciona-se recente julgado da Corte Especial:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

Superior Tribunal de Justiça

(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

Destarte, em consonância com o princípio da dialeticidade recursal, não conhecer do presente agravo é medida que se impõe.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Por fim, cumpre esclarecer que "*não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários*" (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 24/05/2016).

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator